ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA REFERENTE A SETEMBRO DE 2026.

Comendador Levy Gasparian, **aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2026 (quarta-feira) realizou-se na sala da Secretaria de Administração, às 10 horas, a primeira reunião ordinária do mês de setembro de 2026**, do Conselho Municipal de Previdência. Presentes os membros do citado Conselho, os conselheiros Élia de Oliveira Zanardi da Cunha Fedoce, Fernanda Bagio Belo de Mello, Gabriela Rocha dos Passos, Jorge Batista Ribeiro, Thais Maria Rezende da Costa e Luiz Carlos Prates da Silva.

Pauta do dia: A reunião teve como pauta única a leitura e apreciação do Relatório Mensal de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco do LEVY PREV — Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Comendador Levy Gasparian, referente ao período de referência de março de 2026, elaborado com suporte técnico e tecnológico da Plataforma SIRU — Crédito & Mercado, com fechamento de carteira em 31/03/2026, com lastro na Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025.

Iniciados os trabalhos pela Presidente do respectivo Conselho, foi procedida a leitura do relatório em referência, cujo conteúdo foi resumido aos presentes nos seguintes termos:

1. Dados gerais e governança

• Patrimônio Líquido (PL) total da carteira em 31/03/2026: R$ 53.218.928,87.

• O Comitê de Investimentos reuniu-se três vezes no mês de março de 2026: 1ª Reunião Ordinária (11/03/2026), 1ª Reunião Extraordinária (17/03/2026) e 2ª Reunião Ordinária (25/03/2026).

• Na 1ª Reunião Ordinária, registrou-se rendimento do mês anterior de +0,90% frente à meta de +1,14%, tendo o Comitê decidido migrar recursos do fundo BB Fluxo Simples Previdenciário (desatualizado perante a nova legislação) para o fundo BB Fluxo Soberano RESP.

• A segregação de funções entre Comitê de Investimentos (caráter consultivo e de controle macro), Consultoria Crédito & Mercado (assessoria técnica) e Diretoria Executiva e Gestora (execução financeira) foi relatada como plenamente preservada.

• Quanto à certificação dos membros do Comitê, foi informado que a maioria absoluta dos conselheiros com direito a voto possui certificação profissional ativa e vigente, estando em curso o prazo regulamentar de transição para adequação às novas exigências do Pró-Gestão.

2. Distribuição da carteira e enquadramento legal

• Distribuição consolidada: 83,14% em Renda Fixa, 16,86% em Renda Variável e Estruturados, sem aplicações em Empréstimos Consignados.

• Dentro da Renda Fixa, destacam-se 21,14% em CDI (liquidez imediata), 9,96% em Títulos Privados (Letras Financeiras) e 4,81% em Títulos Públicos (oferta de balcão).

• Todos os enquadramentos por artigo da Resolução CMN nº 5.272/2025 foram apresentados como dentro dos limites de alocação estabelecidos na Política de Investimentos, com folga (GAP) em relação aos limites superiores.

• Os investimentos permanecem concentrados nas maiores instituições financeiras do país (Itaú, Bradesco e Banco do Brasil), classificadas com nota máxima de segurança (AAA), como medida de mitigação de risco de crédito.

3. Aderência ao Estudo de ALM (Asset Liability Management)

• A manutenção de 83,14% dos recursos em Renda Fixa foi apontada como alinhada à recomendação do Estudo de ALM de 2024, voltada à proteção do capital necessário ao pagamento das aposentadorias.

• Os 21,14% do patrimônio atrelados ao CDI foram destacados como reserva de liquidez imediata para a folha de pagamento de benefícios, sem necessidade de venda antecipada de ativos de longo prazo.

4. Cenário econômico e desempenho do período

• O relatório registrou tensões geopolíticas no Oriente Médio, com o petróleo próximo a US$ 100 o barril, e cautela dos bancos centrais quanto a cortes de juros.

• No Brasil, o Copom reduziu a Selic para 14,75% ao ano; o Ibovespa recuou cerca de 6% no mês e o dólar fechou em R$ 5,18.

• Rentabilidade de fevereiro de 2026: +0,92%. Rentabilidade de março de 2026 (mês de referência): +0,31%, resultado abaixo da meta atuarial fixada em +1,42% para o período.

• O relatório concluiu que a concentração em Renda Fixa funcionou como amortecedor, protegendo o patrimônio líquido total do instituto diante do cenário global de aversão ao risco, ainda que a meta atuarial não tenha sido atingida no mês.

5. Pendências e justificativas de ordem técnica e regulatória

• Persiste impossibilidade técnica de transmissão do DPIN/2026 e do DAIR de fevereiro e março de 2026 ao CADPREV, em razão de atualizações do sistema do Ministério da Previdência para adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025.

• A migração de custódia da Genial para a XP Investimentos foi finalizada, restando pendente a sincronização visual no ambiente B3 e o acesso pleno à plataforma Trademate.

• O relatório foi elaborado e assinado em 17 de junho de 2026, com atraso justificado pelo Comitê de Investimentos como decorrente de entraves sistêmicos externos (indisponibilidade do CADPREV e conciliações da migração de custódia), tendo sido subscrito pelos membros Ilma Rodrigues, André Furtado Dotta e Jaqueline Cabral de Azevedo.

Após a respectiva leitura, os Conselheiros presentes tomaram conhecimento do seu inteiro teor, não havendo manifestações adicionais a registrar.

Eu, Thais Maria Rezende da Costa, Secretária do Conselho Municipal de Previdência, registrei a presente Ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada em 02 (duas) vias.

FBMello

Fernanda Bagio Belo de Mello - Presidente

Presidente

Élia de Oliveira Zanardi da Cunha Fedoce - Vice Presidente

TRdaCosta

Thais Maria Rezende da Costa – Secretária

Gabriela Rocha dos Passos

Gabriela Rocha dos Passos

Jorge Batista Ribeiro

Luiz Carlos Prates da Silva